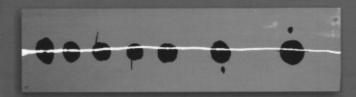
# Revista de

# Estudos Priminais

Publicação conjunta do
Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da PUCRS
e do Instituto Transdisciplinar de Estudos Criminais







## © REVISTA DE ESTUDOS CRIMINAIS

Porto Alegre - RS - Brasil - Notadez / PUCRS / !TEC

ISSN 1676-8698

Direitos autorais pertencentes ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da PUCRS e ao Instituto Transdisciplinar de Estudos Criminais - Porto Alegre/RS.

Os conceitos emitidos em trabalhos assinados são de responsabilidade de seus autores. Os originais não serão devolvidos, embora não publicados. Os artigos são divulgados no idioma original ou traduzidos.

Os acórdãos selecionados para esta Revista correspondem, na íntegra, às cópias dos originais obtidas na Secretaria do Supremo Tribunal Federal e dos demais tribunais.

Proibida a reprodução parcial ou total, sem autorização dos editores.

Arte no acrílico sobre tela: Lucia Paixão – www.luciapaixao.com.br Layout da Capa: Rogério Alves de Souza

REVISTA DE ESTUDOS CRIMINAIS — ANO VII — Nº 26 Periodicidade trimestral — Tiragem: 2.000 exemplares

ASSINATURAS:

São Paulo: (11) 3367.1010 - Demais Estados: (51) 3451.8500

Editada e distribuída em todo o território nacional por: EDITORA FONTE DO DIREITO LTDA. Uma empresa do Grupo Notadez



Av. Rubem Berta, 1420 – Bairro Freitas – 93218-350 – Sapucaia do Sul – RS Fone/Fax: (51) 3451.8500 – www.notadez.com.br – notadez@notadez.com.br

#### DOUTRINA ESTRANGEIRA

- 7 Ayuntamientos de Izquierda y Control del Delito (Elena Larrauri)
- 31 La Distinta Relevancia de Algunas Eximentes Morales (Fernando M. Machado Pelloni)
- 63 Os Centros de Ressocialização no Estado de São Paulo: Estado e Sociedade Civil em um Novo Paradigma de Administração Prisional e de Reintegração de Ofensores (Fiona Macaulay)

#### DOUTRINA NACIONAL

- 89 A Municipalização da Segurança Pública no Brasil: Pressupostos Teóricos e Critérios para a Implementação de Políticas Públicas de Segurança (Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo e Andréa Lucas Fagundes)
- 107 Críticas ao Tratamento Penitenciário e a Falácia da Ressocialização (Andrea Almeida Torres)
- 127 25 Minutos e a Perversidade Aparece: Uma Experiência de "Vivências Carcerárias" (Luiz Antônio Bogo Chies, Alexandro Melo Correa, Carmen Lúcia Alves da Silva Lopes, Gabriel Prestes Espiga e Juliana Ribeiro Azevedo)

### 25 MINUTOS E A PERVERSIDADE APARECE: UMA EXPERIÊNCIA DE "VIVÊNCIAS CARCERÁRIAS"

LUIZ ANTÔNIO BOGO CHIES\*

ALEXANDRO MELO CORREA\*\*

CARMEN LÚCIA ALVES DA SILVA LOPES\*\*\*

GABRIEL PRESTES ESPIGA\*\*\*\*

JULIANA RIBEIRO AZEVEDO\*\*\*\*\*

Resumo: Através de uma oficina realizada na Universidade Católica de Pelotas/RS, 14 estudantes envolvem-se numa experiência de aproximação com os ambientes socioprisionais. Este artigo relata esta inusitada oficina, denominada "Vivências Carcerárias", e analisa, a partir dos elementos trazidos pela fala dos estudantes, como, em 25 minutos, a prisão se desnuda em suas dinâmicas, em suas privações e dores, enfim, em suas perversidades.

Palauras-Chave: Prisão, Vivências Carcerárias, Sistema Penitenciário, Sociologia nas Prisões

### INTRODUÇÃO

Pelotas, município localizado na latitude 31º 46' 19" e longitude 52º 20' 33", extremo sul do Brasil, Estado do Rio Grande do Sul; Sala 410 de Prédio B do Campus I da Universidade Católica de Pelotas (UCPel); 14 horas do dia 20 de outubro de 2005; 14 estudantes do Curso de Serviço Social dessa instituição de

Professor da UCPel – Curso de Serviço Social e Direito. Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais (UMSA, Argentina). Doutor em Sociologia (UFRGS, Brasil). Membro do GITEP e do EN!GMA. Estudante do Curso de Direito da UFPel. Membro do GITEP e do EN!GMA.

Professora da UCPel - Curso de Psicologia. Mestre em Saúde Mental e Comportamento (UCPel). Membro do GITEP.

Estudante do Curso de Direito da UCPel. Membro do GITEP e do ENIGMA.

Estudante do Curso de Direito da UFPel. Membro do GITEP e do ENIGMA.

ensino superior estão reunidas com cinco membros – dois docentes e três discentes – do GITEP (Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudos Criminais – Penitenciários), vinculado à UCPel e que desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão nas áreas às quais se refere; entre estes últimos, alguns também vinculados ao grupo supra-institucional EN!GMA (Encarceramento Não! Grades e Muros Abolidos); objetivo: participarem de uma oficina, denominada "Vivências Carcerárias", inserida na programação da II Jornada Acadêmica de Serviço Social – Movimentos Populares: vivenciando os desafios.

Situados neste espaço, para o qual se dirigiram livremente e por vontade própria, do qual sairão – também livres – após o término da atividade, os participantes da oficina se propõem a refletir, discutir, opinar e, talvez, emitir julgamentos, juízos de valor e decisões sobre a vida e as experiências de vida (e de morte em vida) daqueles que, segregados num espaço prisional, não possuem a liberdade física de ir e vir, entre outras inúmeras condições humano-dignificantes que lhes são seqüestradas.

Mas como refletir, opinar e emitir juízos sobre vivências que não se possui? Como possuir uma fala, ao menos minimamente legitimada, para enfocar tais questões quando se pretende avançar para além dos estreitos limites e critérios da abordagem jurídico-normativa das realidades socioprisionais na execução das penas privativas de liberdade?

O caminho para se encontrar uma resposta adequada a esses questionamentos, conforme compreendem o GITEP e o EN!GMA, são de sobremodo apontados pelas considerações de MICHEL FOUCAULT, seja no manifesto do GIP (Grupo de Informações sobre as Prisões) em 1971, quando diz:

"Publicam-se poucas informações sobre as prisões; é uma das regiões escondidas de nosso sistema social, uma das caixas-pretas de nossa vida. Temos o direito de saber, nós queremos saber [...].

Propomo-nos a fazer saber o que é a prisão: quem entra nela, como e por que se vai parar nela, o que se passa ali, o que é a vida dos prisioneiros e, igualmente, a do pessoal de vigilância, o que são os prédios, a alimentação, a higiene, como funcionam o regulamento interno, o controle médico, os ateliês; como se sai dela e o que é, em nossa sociedade, ser um daqueles que dela saiu.

Essas informações, não é nos relatórios oficiais que as encontraremos" (2003, p.2).

Seja quando, em entrevista realizada em 1975, indica-nos que para estudar a prisão:

"[...] não teria sentido limitar-se aos discursos pronunciados sobre a prisão. Há igualmente os que vêm da prisão, as decisões, os regulamentos que são elementos constituintes da prisão, o

funcionamento mesmo da prisão que tem suas estratégias, seus discursos não formulados, suas astúcias que não são, afinal, as de ninguém, mas que todavia são vividas, asseguram o funcionamento e a permanência da instituição" (2003, p.160).

Assim, instigados por considerações desta ordem, bem como inspirados no experimento de uma prisão simulada, conduzido em 1971 por PHILIP G. ZIMBARDO na Universidade de Stanford (EUA)<sup>1</sup>, é que se construiu a oficina e a experiência que, nos seguintes tópicos, se pretende relatar e analisar.

# 1 - A PROPOSTA DA OFICINA Degreso e e (shahedil ab officina e bomo

A proposta da Oficina "Vivências Carcerárias" se constituiu numa experiência prévia de encarceramento, como situação precedente à viabilidade de uma discussão minimamente legítima e crítica.

As participantes da oficina, previamente esclarecidas desses aspectos, foram convidadas a participar dessa vivência; caso aceitassem, teriam sua liberdade de ir e vir restrita, por "cerca de" 15 minutos, num ambiente que se aproximasse, sob certos aspectos, daqueles encontrados no cárcere. Ao ingressarem neste, não poderiam portar objetos de uso pessoal, tais quais relógios, celulares e bolsas.

Como não possuíamos condições de simular em detalhes uma cela, ainda que pudéssemos adaptar uma sala de aula, ou mesmo a própria sala do GITEP – a qual, por suas reduzidas dimensões, apresentava-se como um espaço interessante –, optamos por utilizar um banheiro como local de recolhimento. Essa opção foi adotada em face de alguns elementos que foram considerados como favorecedores da intensidade da vivência, ainda que por um lapso temporal reduzido:

- a) as dimensões espaciais do banheiro favoreciam a sensação de superlotação dos espaços prisionais;
- b) a altura das janelas, bem como os vidros serem apenas translúcidos e não transparentes, isolaria as participantes de qualquer contato, inclusive visual, com o ambiente externo;
- c) não obstante limpo, por se constituir como um banheiro, o ambiente tenderia a causar imediatos desconfortos, como, por exemplo, sentar no chão na busca do aproveitamento dos espaços em face da superpopulação.

Tendo em vista a possibilidade de que nem todas estudantes aceitassem participar da vivência proposta, uma estratégia alternativa foi prevista: um momento de discussão – o qual ocorreria em paralelo ao tempo de encarceramento das demais – que procuraria refletir sobre a resistência de se encarcerar por parte

Para dados mais completos sobre este experimento, indicamos o site oficial do mesmo: www.prisonexp.org.

daquelas que, não obstante isso, tinham buscado livremente participar de uma oficina que enfrentasse a questão carcerária. Nesta primeira experiência não foi necessário se realizar essa discussão. Todas as participantes concordaram em vivenciar uma experiência de aproximação com os ambientes prisionais.

### 2 - O ENCARCERAMENTO: 25 MINUTOS VISTOS DE FORA

Um clima de descontração festiva precedeu e acompanhou o encarceramento, sobretudo por parte das estudantes. A discussão posterior desvelou que a curiosidade (acompanhada pela certeza de que seria um tempo curto de restrição da liberdade) e a perspectiva lúdica em relação à vivência foram significativos atrativos motivacionais para o aceite de todas.

O impreciso, mas não inverídico dado referente ao lapso temporal de encarceramento, "cerca de 15 minutos", mascarava a intenção de prolongá-lo à fração de meia hora, na expectativa de se avaliar, mesmo que minimamente, um efeito de perda das noções de tempo no decorrer da vivência.

Aos membros do GITEP e do EN!GMA coube assumir o papel de "carcereiros", assegurando a permanência das "detentas" na cela, uma vez que sua porta era desprovida de fechadura, sendo, portanto, vulnerável a fugas e sublevações.

A porta da "cela", por ser de vidros translúcidos, ainda que garantisse alguma "privacidade" ao grupo recluso, permitia um certo nível de observação por parte dos "carcereiros", que se por um lado não viabilizava a captação das dinâmicas internas, por outro, preservou a possibilidade do exercício do controle disciplinar no decorrer da experiência.

Do burburinho inicial do encarceramento ao desfecho da liberdade se pôde perceber – a partir da visão externa – uma gradual redução do clima festivo e lúdico da vivência, da jocosidade das conversas, em proporcional ampliação das tensões e do descontentamento em relação à experiência.

A crescente insistência pela "liberação" agregada a indícios de sublevação, ao menos parcial, do grupo de reclusas permitiu que um elemento inesperado – pois não previsto inicialmente – enriquecesse a experiência e a vivência dos papéis desempenhados por ambos os grupos (presas e carcereiros). Uma arma de brinquedo havia sido levada por um dos membros do GITEP/EN!GMA... a exposição desta num dos vidros da porta, com a conseqüente visualização de sua sombra por parte das encarceradas, tanto apaziguou (momentaneamente) os ânimos amotinados como provocou, em reação, a seguinte manifestação, dirigida ao seu portador: "Senta em cima!"

Passados 25 minutos de encarceramento - 10 a mais do que a expectativa das "detentas", cinco a menos do que o pretendido pelos carcereiros -, a intensidade das tensões e reclamações, a qual já indicava alguns riscos de

depredação à "cela", demonstrava que já havíamos atingido um bom limite e suficientes vivências para avançar na etapa de discussão sobre as questões carcerárias.

# 3 – 25 MINUTOS VISTOS A PARTIR DO INTERIOR: DIALOGANDO E ANALISANDO AS "VIVÊNCIAS CARCERÁRIAS"

Nos tópicos em sequência procuraremos analisar, a partir dos dados coletados (gravados) na discussão que sucedeu o período de reclusão, aquilo que se pode considerar como resultado concreto e sensível de uma aproximação com a existência encarcerada.

As falas das estudantes (nenhuma identificada por questões éticas), como subsídio para reflexões que se dirigem a uma cognição e discussão crítica dos ambientes socioprisionais, compõem um rico mosaico de dados, o qual nos permite desvelar, mesmo a partir das mais rápidas experiências vivenciais, as perversidades carcerárias que fazem dessa modalidade de punição jurídica um intolerável instrumento de produção de dor e desadaptação social.

Mas, não obstante a riqueza de nossos dados, é importante salientar que a experiência da oficina "Vivências Carcerárias", como grande parte das simulações que nessa área se pode produzir, é limitada por uma série de aspectos, os quais, indubitavelmente, reduzem a intensidade das sensações e das privações prisionais.

Nesse sentido, além da não-correspondência de nossa "cela simulada" com as verdadeiras, destaca-se o fato de que nossas "detentas" não ingressaram numa sociedade carcerária já constituída; pelo contrário, partiram de um ponto zero para, em 25 minutos, constituir sua própria sociedade carcerária. O ingresso num ambiente carcerário já constituído, com suas estruturas de poder interno, com seus padrões de conduta e com suas regras já estabelecidas, sobretudo na dimensão de um sistema informal, não foi a realidade vivenciada.

Caso assim fosse, outras experiências, ou intensidade de experiências, poderiam ser relatadas, as quais incluiriam conflitos e estratégias de adaptação que não são passíveis de estar em expectativa numa simulação, sobretudo quando em tão curto lapso temporal.

Não obstante isso, o diálogo ocorrido na oficina – viabilizado pela vivência experimentada – demonstra a velocidade de gênese tanto das sensações e dores prisionais como dos processos de constituição das estruturas e dinâmicas características dos ambientes carcerários.

## 3.1 Tempo, Ócio e Espaço

Prender significa, numa perspectiva de síntese objetiva e como forma de punição jurídica, seqüestrar a liberdade física de ir e vir de alguém, por um determinado lapso de tempo, através de seu confinamento num espaço restrito.

Contudo, os elementos e categorias tempo e espaço estão envolvidos com a pena privativa de liberdade em múltiplas dimensões: desde a correlação mais ampla entre a prisão com a modernidade, na qual tempo e espaço são categorias de referência e em constante luta, até os planos subjetivos da sensação do tempo em excesso – um tempo que é contratempo a ser vencido, conquistado, morto² – e do espaço em compressão, passando-se por todas as conotações simbólicas que são instrumentalizadas pelos critérios socioeconômicos e excludentes da modernidade.

A oficina "Vivências Carcerárias" nos permitiu explorar parte dessas dimensões: o tempo como elemento que se terá em excesso e a própria noção do tempo; o espaço que comprime, numa maximização de desconfortos e privações, sobretudo quando associado às superlotações carcerárias.

A perda da noção de tempo, ainda que verificada, aparece como uma percepção secundária nessa vivência carcerária, até mesmo porque havia uma certeza e uma confiança de que o encarceramento seria breve:

"[...] no início foi uma brincadeira. Tava ali, fumando cigarro, depois começou a ficar calor e comecei a ficar... todo mundo falando e aí... eu acho que deve ser muito ruim... eu perdi a noção do tempo, eu achei que tinha ficado uns 15 minutos, foram 25 minutos... É isso aí! Eu acho que deve ser horrível" (Participante 4).

Contudo, a essa perspectiva das sensações de temporalização nos ambientes prisionais se agregam outras percepções de significativa importância, entre elas a do ócio como um agravante do peso do tempo prisional:

"No início foi brincadeira, depois entediante!" (Participante 6).

"[entediante] Não ter o que fazer, ficar parada esperando o tempo passar, o tempo... sei lá não ter noção de tempo" (Participante 7).

"Mas acho que tá lá dentro e não produzir nada, isso te dá uma... pois se nós estivéssemos fazendo qualquer outra coisa lá dentro, esse tempo ia passar mais rápido!" (Participante não identificada)

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Sobre o tempo, KIKO GOIFMAN nos traz um registro importante das representações na sociedade carcerária: A riqueza da expressão "matar o tempo", quando aplicada ao contexto prisional, revelase. Diante de meses e anos, referência temporal quantitativa da pena, institucionaliza-se uma revolta na mente dos presos relacionada ao tempo. Este surge como um inimigo que deve ser morto, vencido. O longo tempo vivido no ócio assume seu peso e não é de graça que muitos presos justificam seu engajamento em algum tipo de ocupação (quando conseguem) como uma forma de arma na luta contra o tempo (1998, p.113-4).

Já os efeitos perversos da compressão no espaço, sobretudo pela superlotação, aliada ao convívio obrigatório, foi uma das principais percepções decorrentes dessa vivência, da qual a seguinte fala é exemplificativa:

"A sensação muito ruim, por que tu fica ali naquilo fechado, com um monte de gente, assim. Aquele monte de gente que tu não conhece, não sabe de onde veio, o que fez, não sei ... ah, perde a noção do tempo... e fica ali naquele lugar fechado, te dá uma coisa, uma não sei! Uma sensação muito ruim de ficar naquela coisa bem pequeninha, quadrada, foi isso que senti mesmo" (Participante 1).

"Parece que tá faltando ar, tu te sente mal, tu quer passar por um lugar tá tudo apertado, é horrível eu me senti mal mesmo" (Participante 7).

Lidar com a carência de espaço nos ambientes prisionais faz com que o próprio acesso aos lugares privilegiados de uma cela se converta num objeto de disputa, de poder e de status. HORÁCIO INDARTE, na obra autobiográfica de sua experiência de sobrevivência nas prisões (2003), nos traz um relato importante:

"Independente do espaço ser menor, aqui ou ali eu estaria preso do mesmo jeito. Para quem está em liberdade, cadeia é tudo a mesma coisa. Pra nós presos, há muita coisa envolvida com relação aos locais em que você permanece.

Algo como um status do encarcerado. E o corró é minúsculo, com uma burra naturalmente de concreto, onde dormem dois em valete, dois na catatumba espremidos e o restante na praia, do jeito que podem. Quando tem nove presos, à noite é mais folgado para dormir. Quando são 10 ou 11, dormem uns por cima dos outros, não tem chuveiro, nem cano é só uma torneira próxima à grade" (2003, p.36)<sup>3</sup>.

Os limites de tempo da oficina "Vivências Carcerárias" não favoreciam que a disputa pelo espaço se instaurasse de forma mais contundente; por esse motivo, a escolha do local do encarceramento – um banheiro – foi importante na expectativa de se buscar provocar algumas percepções em relação à necessidade de se lidar com a carência de espaços.

Em nossa "cela" havia três vasos sanitários; eram 14 "detentas"; sentar no chão, além de gerar uma ocupação maior dos espaços disponíveis, era uma opção

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Como INDARTE optou por manter a gíria carcerária em seus relatos, e para que a citação seja compreensível mesmo àqueles não habituados com essa gíria, repassaremos os significados de alguns termos que são utilizados, a partir do próprio glossário apresentado na obra: Corró: local onde o preso fica isolado nas Delegacias de Polícia; Burra: Camas da cela; Valete: preso com quem se divide espaço na cama ou noção; a expressão decorre da figura dos "Valetes" nos baralhos de carta e indica uma forma de aproveitamento do espaço; Catatumba: gíria adaptada do termo Catacumba, indicando o espaço existente entre a cama da cela e o chão; Praia: chão da cela.

desagradável; mas, como bem perceberam as estudantes, em algum momento a disputa, a negociação, a submissão pelo espaço teria que ocorrer.

Os seguintes trechos de nosso diálogo são exemplificativos dessa percepção:

"Fomentador - Então vocês tiveram que lidar com essa questão; poucos lugares para sentar, sentar no chão, por que não?

Participante 2 – Eu imagino que nós sabíamos que em seguida a gente iria sair; e eles [presos] que não têm idéia de quanto tempo ou anos?

Fomentador – E mais alguém que queria sentar e não sentou? ... teve que esperar a sua vez e não chegou a vez? Foi libertado antes...

[...]

Participante não identificada – [...] porque chega um momento que tem que sentar...

Fomentador – Mas, por exemplo, se eu tivesse feito em uma sala com as mesmas dimensões do banheiro, mas não fosse um banheiro?

ob oceano em Participante não identificada - Ah! Dava pra sentar no chão!

c rea[...] mesmi con .

Participante não identificada – mesmo no banheiro com o tempo elas iam sentar.... é claro tu ia ter que sentar..."

A fim de viabilizar uma percepção mais clara – e também comparativa – das realidades carcerárias em relação à breve vivência carcerária da oficina, durante o momento de discussão foram repassadas fotografias de "celas verdadeiras", as quais puderam ser comparadas com a nossa "cela simulada". A vivência carcerária da oficina – mínima em relação ao que significa uma "existência-sobrevivência" num presídio de verdade, aliada à possibilidade de comparar este mínimo com aquela realidade, produz depoimentos e mudanças de enfoque que são fundamentais para quem se propõe a enfrentar as "questões prisionais" num enfoque de luta humano-dignificante.

"[...] agora, olhando as fotos, a gente vê como a realidade do cárcere vem a ser bem pior do que a gente passou; a gente ficou poucos minutos ali dentro e praticamente a brincadeira já não tava tão agradável. Agora tentando se colocar no lugar, realmente a gente, a pessoa tendo que ficar presa, convivendo ali com outras pessoas, diariamente, deve ser muito maçante, bem desagradável mesmo (Participante 9).

[...]

Fomentador – Vocês quase fizeram um [motim]! Isso mexeu com vocês neste nível ou 25 minutos foi pouco tempo?

Participante não identificada – É que na realidade é a ansiedade. [...]

Nós aqui com uma proposta de brincadeira. Ah! Como pedir pra sair, pelo fato de dizer não tá no tempo ainda, a gente já pensou na possibilidade! Imagina eles que tão lá, têm anos à frente a cumprir. E muitas vezes não são ouvidos, ou são tratados – acho eu, eu nunca entrei em um presídio – como bichos; as fotos aí; uma cela é úmido, é apertado, não tem ventilação nenhuma; quer dizer, nós não, é diferente, acho que o espaço e o número de pessoas que tavam ali dentro, acho, que mais ou menos deve ser as mesmas condições, ou quase que parecidas, né? Então, acho que não tem como a pessoa [não] ir à loucura, e resolver queimar miseráveis colchões, que tem para se deitar, pra tentar chamar a atenção: 'a gente tá aqui, a gente tá vivo e alguém tem que me socorrer'."

Restrição do espaço e excesso de tempo; superlotação na restrição do espaço e ócio perante o excesso de tempo; elementos inusitados para quem nunca passou por uma vivência carcerária, mas cotidianos para as populações prisionais.

Em 25 minutos, esses elementos produzem sensações de desconforto e revolta – um motim, uma rebelião, para mais além de pedidos formais ou negociações, são perspectivas atraentes –, quais são as outras percepções que podemos buscar a partir das falas de nossa oficina? Vê-las-emos a seguir.

### 3.2 Privacidade e Individualidade

A prisão é o ambiente dos extremos; da restrição no espaço, do excesso do tempo, mesmo que na perda do sentido deste; da solidão completa – que enlouquece ou imbeciliza4, como no antigo sistema de Filadélfia, que pensávamos superado, mas que ressurge no Brasil sob as novas roupagens dos Regimes Disciplinares Diferenciados ou Especiais (RDD e RDE), tributários das Supermax Americanas –, ou da vida em massa, aniquiladora da privacidade.

A falta de privacidade sob o estado de vigilância e a partir da vida em massa é um dado observado de forma recorrente nas pesquisas socioprisionais. Desde o pioneiro trabalho de GRESHAM SYKES – "A sociedade de cativos" –, realizado na década de 1950, tem-se a contundente afirmação de que: "Não é a solidão que perturba o prisioneiro, mas a vida em massa" (1958, p.4, tradução nossa).

<sup>4 &</sup>quot;Deixe-me chamar a atenção para outra coisa terrível que acontece nas prisões inglesas, na realidade em todo mundo onde é usado o sistema do silêncio e do confinamento em celas. Eu me refiro ao grande número de homens, na prisão, que enlouquecem ou se tornam imbecis" (WILDE, 2002, p.181)

Mas relatos anteriores, daqueles que passaram pela experiência prisional, mesmo que romanceados, já nos indicavam essa perversidade carcerária. Diz DOSTOIEVSKI, em sua "Recordação da casa dos mortos":

"[...] não poderia conceber nunca o tormento espantoso de não poder ficar só – um minuto que fosse – durante os dez anos em que estive preso. No trabalho – uma escolta; na prisão – a companhia de duzentos outros presos; e nem uma vez a solidão!" (1961, p.36).

Ao que adiante acrescenta:

"Compreendi, depois, que além da privação da liberdade e da imposição do trabalho, o detento ainda sofre de um outro suplício mais penoso: a coabitação obrigatória" (1961, p.48).

Os 25 minutos de nossas vivências carcerárias foram suficientes para evidenciar esse elemento das dores e privações prisionais:

"A sensação muito ruim, por que tu fica ali naquilo fechado, com um monte de gente, assim. Aquele monte de gente que tu não conhece, não sabe de onde veio, o que fez, não sei ... (Participante 1)

[...] também eu percebi uma coisa que eu não tinha pensado ainda, quanto ao silêncio, às vezes a gente gosta de uns minutos de silêncio, e ali todo mundo tagarelando, eu disse: Deus do céu, se um dia eu querer silêncio e tiver presa isso não tem como (Participante 2).

Achei ruim porque faltava privacidade, faltava aquele momento de individualidade, foi bem difícil" (Participante 13).

A falta de privacidade e a convivência obrigatória, para além das dores subjetivas que provocam e para além da perda da individualidade, conduzem a complexas formas de sociabilidade e mútua afetação, as quais são fundamentais na percepção e interpretação as dinâmicas socioprisionais, para o bem ou para o mal (se é que assim se pode categorizá-las).

A percepção disto pelas participantes da oficina - no diminuto tempo de encarceramento - é um dado a ser considerado como relevante:

"Tu perde a tua individualidade; o meu crime acaba afetando todo o mundo [e todo mundo] começa a se envolver no mesmo protesto, digamos assim; mesmo que tu seja inocente tu tá lá [...] mas tu leva a culpa junto, então é muito complicado" (Participante 11).

Essa percepção é complementada com as estratégias de adaptação e de reivindicação de liberdade que se pôde observar no decorrer do período de encarceramento da oficina; se por mais tempo este tivesse sido prolongado, mais contundentes seriam seus efeitos. Contudo, já nos foram significativas as dinâmicas e os resultados obtidos, como veremos no tópico seguinte.

### 3.3 Adaptações Carcerárias, Lideranças Informais e Motins

Quando se pensa nas estratégias de adaptação carcerária que são desenvolvidas pelos apenados, não obstante diversas formas e variantes tenham sido consideradas por estudos como os de SYKES (1958) e os de ERVING GOFFMAN (1990), parece-nos interessante acompanhar a categorização proposta por ROGER MATTHEWS (2003), haja vista que todas tendem a se agrupar em três tipos essenciais:

- "1. Cooperación o colonización. En este modo de adaptación, los internos apuntarán a mantenerse alejados de los problemas y pasar el tiempo con el mínimo de conflicto y estrés, y con la intención de trabajar por una fecha de liberación lo más cercana posible.
- 2. Retirada. Éste puede tomar un número de formas diferentes que incluyen desde la separación física de otros reclusos o adoptar un mínimo grado de comunicación, hasta la depresión, la auto-flagelación y el suicídio.
- 3. Rebelión y resistencia. Esto puede implicar involucrarse, por un lado, en revueltas y disturbios, y, por el outro, en formas de no cooperación. La forma que tome la rebelión depende de la presión a que estén sometidos los delincuentes, su entorno y experiencia, y el alcance hasta el cual ellos sientem que su confinamiento o tratamiento en la prisión es justo" (2003, p.86).

Guardadas as proporcionalidades de intensidade das vivências em nossa oficina, indícios de todas essas formas de adaptação puderam ser percebidos.

Algumas participantes, sobretudo quando as perspectivas de conflito entre as "detentas" e os "carcereiros" se intensificaram, desenvolveram posturas estratégicas que se aproximam da noção de retirada, ou mesmo, sob alguns aspectos, da noção de colonização.

"Participante não identificada – Não, a gente tava se organizando para conversar com um de vocês, para nos liberar um pouquinho antes... E do lado de lá começou a bater o desespero [...] aí fiquei esperando o tempo passar, porque achei mais prático.

Fomentador - Pois é, e por que tu achasse mais prático então?

Participante não identificada – Porque tu ia passar aquele tempo mesmo; eu vi que o troço tava complicado [...]."

No contexto de privações, as lideranças informais tendem a rapidamente despontar e podem, gradualmente, conquistar posições privilegiadas de exercício de poder perante o grupo – muitas vezes não a partir de critérios democráticos – e perante as instâncias de poder formal.

No decorrer do período de encarceramento da oficina – situação que restou clara na discussão que se sucedeu –, uma das participantes se salientou na perspectiva de se converter numa liderança informal do grupo, sob um ponto de vista pacífico e "formal-racional" de busca da liberdade. Sua fala registrou, desde o primeiro momento, a preocupação com a capacidade reivindicatória e de resistência num contexto penitenciário:

"Começando tudo como se fosse uma brincadeira, como se tudo fosse uma brincadeira, não é? Não como tu comparar com a realidade das pessoas que têm que ficar presas e que não se conhecem, e que não sabem o que fez e ninguém sabe nada uma da outra, cada um faz sua versão... ali todas colegas, amigas, dando risada, brincando, podendo conversar, mas num determinado momento realmente é a brincadeira, depois começa a ficar apertado e aí a gente perde a noção também de nossa capacidade, de nossa capacidade de organização, dos nossos direitos... E isso é uma coisa que também se sente; eu senti isso!

As pessoas querendo sair, então vamos chamar alguém pra conversar, vamos tentar diminuir a pena, vamos tentar negociar [...] [mas] como manter a tua vida, não tem noção dos teus direitos, de como reivindicares, de como negociares, de como melhorar a tua situação" (Participante 10).

Mas uma outra fala demonstra que há distintos níveis de disposição individual para aderir a estratégias comuns de busca da liberdade ou de garantias humano-dignificantes, fator que, novamente indicando adaptações de retirada ou colonização, dificulta negociações e diálogos pacíficos entre os grupos antagônicos.

"Eu acho que a gente não nos organizamos pra líder, porque a gente sabia que a gente ia sair dali, entende? A gente, na verdade, a gente não precisava realmente sair, a gente ia sair, por isso que não houve a escolha de um líder pra negociação, por isso eu acho não aconteceu isso [...]" (Participante não identificada).

A ausência de motivações ou disposições comuns para desencadear dinâmicas dialógicas com as instâncias administrativas do encarceramento, como uma decorrência das diferentes estratégias de adaptação e, sobretudo, das retiradas e colonizações, tende a favorecer que atos de resistência e rebelião, originados como hipóteses de adaptação particularizadas, tornem-se uma via alternativa e atrativa no ambiente prisional, conquistando a coletividade seja pela força atrativa de resgate da liberdade ou das condições de dignidade que possuem, seja pela submissão que as lideranças informais rebeladas possuem perante os demais "detentos".

Na oficina, a rebelião foi rapidamente cogitada como uma hipótese de abreviar o desconforto da vivência carcerária. Ao se findar o tempo-limite da

expectativa de encarceramento – e isso reforça o entendimento de que a perda da noção do tempo foi um efeito secundário –, algumas participantes já se mobilizavam num indício de "motim" (!), o qual só não se concretizou porque estávamos numa Universidade e porque o tempo de encarceramento previsto foi encurtado; caso contrário, o motim seria inevitável, como demonstram os seguintes fragmentos do diálogo posterior:

"Participante não identificada - Quando a gente começou a pedir pra sair, quanto fazia que a gente tava lá dentro?

Fomentador 1 - Mais ou menos 15 minutos.

[...]

Fomentador 1 – Até que vocês não perderam tanto a noção de tempo assim...

[...]

Participante não identificada - A gente queria falar com alguém pra se organizar...

Fomentador 2 - Não pensaram em arrombar a porta, sei lá, algum tipo, jeito...

Participante 2 – Ela também queria fazer rebelião, também queria sair, nós queria sair...

[...]

Fomentador 1 – [...] vocês acham que vocês teriam condições de sair antes dos 25 minutos?

Participante não identificada X - Teria não teria; se quebrasse a porta saía...

Fomentador 1 – Então tu acha que a única chance que tu teria de sair dali antes do tempo que nós determinássemos era meter o pé na porta?

Participante não identificada X - É...

Participante desconhecida 10 – Eu acho que a gente não nos organizamos pra líder, porque a gente sabia que a gente ia sair dali, entende? A gente, na verdade a gente não precisava realmente sair, a gente ia sair, por isso que não houve a escolha de um líder pra negociação, por isso eu acho não aconteceu isso...

Fomentador 1 - Nós vamos dizer também que o nosso projeto era deixar vocês meia hora lá. Vocês saíram antes porque a gente sentiu que a coisa tava começando a ficar um pouco tumultuada.

[burburinho]

Fomentador 1 – [...] essa questão da dependência, da impotência? Ou da iminência de sair? Não vou me incomodar, não vou me envolver com

uma coisa mais agressiva porque eu vou sair daqui a pouco; ou então: Olha! O único jeito de sair é metendo o pé na porta mesmo; eles tão com a chave!? Se não fosse, é se não fosse a universidade, tivesse metido o pé...?

Participante não identificada - Ela teria quebrado..."

Adaptações ao ambiente prisional; gênese de uma sociedade carcerária com suas lideranças informais e com os exercícios privilegiados de poder que dessas decorrem; rebeliões e motins; perda da individualidade... a vivência de 25 minutos que a oficina propiciou às estudantes que dela participaram foi, em nosso entendimento, significativa para gerar a percepção de que esses processos e dinâmicas decorrem muito mais das configurações sociais que os cárceres produzem do que somente das vontades e índoles individuais.

"Fomentador – E vocês acham que o ambiente conduz a isso ou é a essência da pessoa que vai fazer com que ela seja mais propensa a se envolver em uma rebelião ou não?

Participante não identificada – Acho que o ambiente influencia mais, também que tem certas pessoas que vai se envolver logo mais fácil. Eu acho que o ambiente muda muito, influencia muito... Eu acho muito ruim eles não têm nada, e é como ela falou, eles ficam com a cabeça vazia, eles não produzem... e o próprio ambiente e isso influencia mais..."

As adaptações são, portanto, decorrentes da necessidade de sobreviver ao contexto de privações e seus efeitos:

"[...] eu penso assim, quando tu tá encarcerado, é bem aquela, tem uma musiquinha do Titãs que diz: 'que tu não vai de adaptar', mas na realidade tu tem que te adaptar. Vai te adaptar ali, meio uma adaptação distorcida do que é, tu tá ali, independente do que é, tu tá ali por um tempo determinado pela a justiça, tu tem que ficar lá dentro, tu não tem liberdade de dizer, assim, não, digo liberdade, não que não vou ficar nestas condições, tu tem que ficar, isso é [...] tu tem que viver com isso e tu [...] realmente lá tu distorce muita coisa, ah, que inicialmente tu tinha, quando tu entrava lá, pensava, lá é uma realidade totalmente diferente da que tu vivenciava aqui fora" (Participante 10).

São tais percepções, que nos remetem ao reconhecimento de que existem configurações e "jogos" sociais que são mais fortes que as vontades individuais – seja na prisão, seja em qualquer ambiente social –, que desvelam a inadequação de se interpretarem (como costumam fazer os operadores do Direito e as próprias pessoas balizadas num senso comum acrítico) os comportamentos prisionais como de responsabilidade individual dos apenados, e não interpretá-los como decorrentes de um ambiente social perverso e produtor de dinâmicas e processos igualmente perversos.

A partir de tais vivências, reler a citação já feita do alerta de FOUCAULT assume seu significado pleno:

"[...] o funcionamento mesmo da prisão que tem suas estratégias, seus discursos não formulados, suas astúcias que não são, afinal, as de ninguém, mas que todavia são vividas, asseguram o funcionamento e a permanência da instituição" (2003, p.160).

Mas não existem imunidades em relação às "Vivências Carcerárias" quando delas nos aproximamos, mesmo que nas mesmas não estejamos ocupando o papel de reclusos ou detentos. Os carcereiros, os agentes penitenciários são mais produtos do que somente produtores das perversidades carcerárias. Uma reflexão sobre o papel destes e sobre o papel que desempenhamos nesta oficina também merece ser feita; nos ocuparemos dela no próximo tópico.

### 3.4 Os Carcereiros

Os agentes penitenciários – os carcereiros, os guardas, conforme os termos que historicamente se referem a essa categoria – constituem um grupo socioprisional que, de certa forma, chega a ser mais estigmatizado do que o próprio preso. Se a prisão não é um objeto preferencial dos estudos científicos que se produzem numa interface de disciplinas que avançam para além dos estreitos limites do Direito, os agentes penitenciários – ainda mais do que as mulheres presas – é o grupo socioprisional que menos recebe a atenção dos pesquisadores.

O estereótipo que se gera no entorno deste grupo, conforme registra PEDRO RODOLFO BÔDE DE MORAES, é o de que o mesmo é "composto por indivíduos 'maus', 'torturadores', 'corruptos', enfim, piores do que aqueles que eles 'guardam' e 'vigiam'"; trata-se de "um grupo pouco conhecido cientificamente, mas absolutamente antipatizado" (2005, p.43). Entretanto, basta que o observador se distancie do estereótipo que recai sobre os agentes penitenciários e se permita conhecer cientificamente o vínculo, bem como as conseqüências do vínculo, que se estabelece entre estes sujeitos sociais e os ambientes prisionais que se desvelará um outro nível das perversidades carcerárias.

Em pesquisa realizada pelo GITEP – entre 1999 e 2001 – com os agentes penitenciários do Presídio Regional de Pelotas (RS), se pôde constatar o gradual "encarceramento" destes, os quais sofrem, com significativa intensidade, um processo de prisionização similar ao verificado em relação aos reclusos apenados (CHIES et al., 2001).

À prisionização do agente penitenciário se agregam outros elementos, situações e traços históricos ou atuais da própria posição que ocupam perante os ambientes e organizações prisionais, os quais contribuem para que suas práticas estejam também balizadas não somente por suas índoles e vontades individuais, mas, sobretudo, pelo peso social das configurações carcerárias.

LLOYD W. MCCORKLE (1970), acompanhando os trabalhos de SYKES, ao enfocar as relações entre "guardas e prisioneiros", destaca, a partir de três categorias, obstáculos que são favorecidos pelas estruturas sociocarcerárias; referese, então, às corrupções através da amizade; corrupções através da reciprocidade; e corrupções através da negligência.

Por outro lado, a gênese histórica da categoria de agentes penitenciários os vincula às funções prioritárias de contenção do apenado no espaço físico restrito. Nesse sentido, seriam os meros carrascos que garantem a privação da liberdade e nada mais. Atualmente, não obstante importantes redimensionamentos na compreensão dos papéis sociais dessa categoria, as normas, regulamentos e estatutos formais da organização burocrática dos sistemas penitenciários ainda priorizam, quando não atribuem com exclusividade, as funções de "guarda e segurança disciplinar" aos agentes penitenciários.

A ambigüidade da posição que ocupam – carcereiros e encarcerados – torna, também, ambiguas as suas práticas. Por um lado estão contaminadas pelos padrões modernos e burocráticos, através dos quais a responsabilidade técnica nas atividades de contenção e controle social disciplinar sobre a responsabilidade moral. Nesse sentido convém lembrar, acompanhando ZYGMUNT BAUMAN, que a "responsabilidade técnica difere da responsabilidade moral pelo fato de esquecer que a ação é um meio para alcançar algo para além dela mesmo" (1998a, p.125).

Por outro lado, estão de tal forma envolvidos, próximos e, por vezes, identificados com os ambientes prisionais, que suas práticas restam contaminadas pelos padrões perversos que nesses se originam.

Nossa experiência, como carcereiros e coordenadores/fomentadores na oficina, também nos conduziu a essas ambigüidades; de certa forma, na etapa em que conduzimos os 25 minutos de encarceramento, também assumimos, com prioridade, o papel de "guardas" vinculados à necessidade de garantia da restrição da liberdade e do controle disciplinar, em detrimento de nossa responsabilidade moral, como acadêmicos, em abreviar ainda mais o tempo previsto nesta etapa, diante de um real desconforto já demonstrado pelas estudantes detidas.

Ao iniciar a condução das "detentas"/estudantes à "cela"/banheiro, começamos a implementar dinâmicas de contenção e poder sobre estas, fazendo com que retirassem seus objetos pessoais e exigindo que andassem em fila indiana. Ainda no início do período de encarceramento, ao perceber movimentações e "burburinho", efetuamos batidas na parede da "cela", com a intenção de conter as participantes. Este momento talvez seja o marco de nossa passagem do papel de coordenadores/fomentadores à carcereiros; passagem que se ampliou na seqüência.

Diante do crescente aumento da tensão das estudantes, de uma maior insistência em serem libertadas, dos indícios de um possível motim, não hesitamos

em exibir a arma de brinquedo, como forma de demonstração de autoridade e dominação na perspectiva do controle social disciplinar, a qual, mesmo como elemento não previsto na preparação da oficina, foi "bem-vinda" por viabilizar que "segurássemos a massa carcerária"!

ZIMBARDO, em sua experiência de prisão simulada, tendo enfrentado situações mais intensas de conflitos e indícios de motins, já havia registrado essa assimilação prioritária dos parâmetros de uma responsabilidade técnica que se sobrepõe a uma responsabilidade moral, mais complexa perante as propostas de simulações desse tipo:

"Hasta mucho después no me di cuenta de hasta qué punto me había metido en mi papel carcelario; en aquel momento ya pensaba más como un superintendente de prisión que como un psicólogo de investigación" (2006).

Mas se para nós, na condição de coordenadores da oficina, este é um dado preocupante, no plano geral da dinâmica permitiu que exsurgisse, para o grupo de participantes, mais uma importante percepção das dinâmicas e perversidades carcerárias, ou seja: o inevitável envolvimento e contaminação dos agentes penitenciários.

"Participante não identificada - Eu acho que quem tá ali, trabalhando ali, se deixa muito contaminar com o ambiente...

Participante 11 – Eu acredito que não é que te deixa influenciar, não tem como não, tu participar daquilo dali, como é que tu vai tá trabalhando lá dentro. Passa a tua vida, independente, assim, da instituição que tu trabalha. Tu passa um período 'x' da tua vida, às vezes muito maior dentro do local de trabalho do que dentro da tua própria casa. Então, assim... tu te envolve naquilo, não é nem que tu te deixa, são as pessoas que tu convive, são as pessoas que tu trabalha."

### 3.5 "Senta em cima!" – Relações de Poder, Submissão e Humilhação

Desde abril de 2004, quando a mídia internacional torna públicos os abusos e torturas dos militares americanos na prisão iraquiana de Abu Ghraib, desvela-se ao mundo uma das mais perversas faces das relações sociais que se constituem sobre as bases do exercício privilegiado do poder e se potencializam nas instituições hierarquizadas e/ou, totais.

O encadeamento entre o exercício privilegiado do poder de um pólo da relação, com a submissão, a humilhação, a produção de dor e provável morte do outro pólo – a natureza e a produção social do mal, como de forma pertinente analisa BAUMAN (1998a) –, é inerente e conseqüência inevitável de determinados contextos e dinâmicas características da modernidade.

O experimento de STANLEY MILGRAM, realizado em 1961 (2004) – também relatado por BAUMAN (1998a) –, através do qual os sujeitos da pesquisa eram "instados"/autorizados a aplicar choques elétricos num outro sujeito quando este cometesse um erro no processo de aprendizado ao qual estava submetido, e choques gradualmente mais intensos<sup>5</sup>, é significativo para se refletir esse encadeamento. Na análise de BAUMAN, algumas descobertas de MILGRAM se destacam: a) quanto mais racional a organização da ação, mais fácil se torna produzir sofrimento – e ficar em paz consigo mesmo; b) a presença da autoridade do pesquisador permitia a transferência da responsabilidade; c) a razão inversa entre a disposição para a crueldade e a proximidade da vítima; d) o efeito da distância física e puramente psíquica é, portanto, ainda mais aumentado pela natureza coletiva da ação prejudicial; e) a organização como um instrumento para eliminar responsabilidades (1998a, p.178-96).

Esse encadeamento é potencializado nos ambientes prisionais. O experimento de ZIMBARDO já nos havia assim demonstrado, desde 1971. Em nossos 25 minutos de "Vivências Carcerárias" foi possível obter uma amostra da velocidade em que se podem instaurar as dinâmicas de produção social do mal.

Retornamos aqui ao já mencionado episódio da exibição da arma de brinquedo, como recurso de dominação e controle disciplinar buscado pelos "carcereiros", e a resposta advinda do grupo de encarceradas: "Senta em cima!"

Nós, no ambíguo papel de "carcereiros/coordenadores/fomentadores da oficina", possuíamos a condição de autoridade, inclusive acadêmica, para conduzir os rumos da vivência... Se queríamos levar a cabo a estratégia de manter as estudantes encarceradas por 30 minutos, com nossa autoridade, por que não utilizaríamos – frente ao aumento da instabilidade da experiência, uma crescente disposição de "motim" por parte das "detentas" – o recurso da arma de brinquedo? E, diante da resposta "agressiva" (senta em cima!), como reafirmar nossa autoridade?

Nossa discussão nos permitiu questionar esse aspecto:

"Fomentador – [...] Vamos pegar até nós, assim, tem uma questão de poder e de autoridade, [o] que que [...] que somos professores da Universidade, devemos fazer com a aluna que nos mandou sentar em cima da pistola? De repente nós podemos reforçar... agora vem minha, agora quem vai sentar na pistola é tu, e eu posso te mandar sentar na pistola... vai tirando a roupa e sentando na pistola, e daí a gente vai ver aquelas cenas lá da prisão do Iraque [...] o carcereiro tá ouvindo, do lado

<sup>5</sup> Cumpre frisar que os choques elétricos não eram reais; contudo, os sujeitos da pesquisa que os aplicavam os supunham reais.

<sup>6</sup> A correlação entre o experimento de ZIMBARDO em Stanford e os acontecimentos em Abu Ghraib é tão imediata que o próprio site oficial da experiência – www.prisonexp.org – a enfrenta.

de lá, vai sentar na pistola... E como é que ele responde a isso? Quais são as dinâmicas que são produzidas e resultados disto daí?

Participante não identificada X - Eu acho que quem tá ali, trabalhando ali, se deixa muito contaminar com o ambiente [...]

Participante não identificada Y – Eu acredito que não é que te deixa influenciar, não tem como não, tu participar daquilo dali, como é que tu vai tá trabalhando lá dentro, né? Passa a tua vida, independente, assim, da instituição que tu trabalha? Tu passa um período 'x' da tua vida, às vezes muito maior dentro do local de trabalho do que dentro da tua própria casa. Então, assim... tu te envolve naquilo, não é nem que tu te deixa, são as pessoas que tu convive, são as pessoas que tu trabalha. E essa coisa do respeito e essa coisa que tu falou, assim, de repente não vou te chamar aqui, vou dizer não, quem vai sentar em cima e tu não, eu tô numa situação que eu exerço um poder sobre a tua pessoa, isso acontece muito nas relações de trabalho, independente de quais sejam elas."

A intensidade da experiência produzida na oficina evitou que as dimensões do encadeamento entre o exercício privilegiado do poder, com a submissão, a humilhação, a produção de dor, assumissem maiores proporções; contudo, os 25 minutos nos foram suficientes para a verificação de como são tênues os limites entre a moralidade e a não-moralidade dos atos quando estamos investidos de um poder supostamente legitimado pela racionalidade e tecnicidade de um propósito.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS: OU DAS VALIDADES DA EXPERIÊNCIA

As representações sociais acerca do preso e da prisão via de regra não correspondem com a realidade; são estereótipos estabelecidos e fortalecidos pelo paradigma moderno e seu correlato "sonho de pureza" (BAUMAN, 1998b), através do qual não existem lugares viáveis para todos.

A competitividade da sociedade moderna, sobretudo na dimensão que esta alcança no atual estágio – modernidade tardia (YOUNG, 2002), modernidade líquida (BAUMAN, 2001) – favorece a essencialização do outro, do diferente, daquele que é um "incluído precário" ou um "consumidor falho", e que esta assuma o rumo da criação da monstruosidade. O processo de desumanização do selecionado nessa dinâmica permite que se pseudojustifiquem práticas de imobilização e apartação social, gerando distância, quando não aniquilação (mediata ou imediata).

"A distância excessiva provoca indiferença" (GINZBURG, 2001, p.203)... E as instituições prisionais nos oferecem um significativo aparato para gerar distância e invisibilidade.

Os 25 minutos de "Vivências Carcerárias" que experimentamos não são suficientes para que se opere uma ruptura total nos estereótipos internalizados e nas invisibilidades produzidas. São suficientes, entretanto, para que as perversidades apareçam e para que uma aproximação se dê entre os mundos que se negam, mas que se complementam.

"Participante não identificada X – Eu acho que essa visão muda pra mim também [...] mas que eles têm que ficar fora da sociedade, eu continuo achando que têm, mas lógico em outros condições... e essa visão de condições é que mudou.

Participante não identificada Y – Algum lugar que reabilite, não que deixe completamente pior.

Participante não identificada Z – Não concordo, ela convive com, ela convive com a gente.

[...] pesson, isso

Participante não identificada W - Qual será a solução?"

Não existem respostas prontas, a "receita de bolo". O que existe é a experiência e a história, as quais têm demonstrado a inadequação das práticas de seqüestro institucional para o enfrentamento da conflitualidade social. No que se refere à prisão, quanto mais a gente se aproxima dela, mais se descortinam seus absurdos, seus paradoxos, suas perversidades... Surgem coisas que a gente não se dava conta!

### BIBLIOGRAFIA

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e holocausto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998a.

. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998b.

. Modernidade liquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. BARROS, Ana Luisa Xavier. LOPES, Carmen Lúcia Alves da Silva, OLIVEIRA, Sinara Franke de. *A prisionalização do Agente Penitenciário*: um estudo sobre encarcerados sem pena. Pelotas: Educat, 2001.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor Mikhailovitch. Recordações da Casa dos Mortos. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

FOUCAULT, Michel. Estratégia, poder-saber (Ditos e escritos IV). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

GINZBURG, Carlo. Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1990.

GOIFMAN, Kiko. Valetes em slow motion – a morte do tempo na prisão: imagens e textos. Campinas: Unicamp, 1998.

- INDARTE, Horácio. Zé Contente: a luta pela sobrevivência no Carandiru e em outras prisões. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- MATTHEWS, Roger. Pagando el tiempo: una introducción a la sociología del encarcelamiento. Barcelona: Bellaterra, 2003.
- MCCORKLE, Lloyd W. Guard-inmate relationships. In: JOHNSTON, Norman. SAVITZ, Leonard. WOLFGANG, Marvin E. The sociology of punishment and correction. 2ª ed. New York: John Wiley and Sons, 1970, p. 419-422.
- MILGRAM, Stanley. Obediencia a la autoridad. Bilbao: Desclee de Brouwer, 2004.
- MORAES, Pedro Rodolfo Bôde de. Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários. São Paulo: IBCCrim, 2005.
- SYKES, Gresham M. The society of captives a study of a maximum security prison. Princeton: Princeton University Press, 1958.
- ZIMBARDO, Philip G. El experimento de la Cárcel de Stanford: Un estudio de simulación de la psicología del encarcelamiento llevada a cabo en la Universidad de Stanford. Disponível em <a href="http://www.prisonexp.org/spanish/indexs.htm">http://www.prisonexp.org/spanish/indexs.htm</a>, acessado em 24 de janeiro de 2006.
- YOUNG, Jock. A sociedade excludente Exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002.
- WILDE, Oscar. De Profundis e outros escritos do cárcere. Porto Alegre: L&PM, 2002.